

USO DE AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM NOS CURSOS TÉCNICOS SOB O OLHAR DE PROFESSORES

Maria Cristina Cezimbra Schmidt¹
Leila Maria Araújo Santos²

RESUMO: Esta pesquisa desenvolveu-se no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (PPGEPT - CTISM), Mestrado Acadêmico, na linha de pesquisa em Inovação para Educação Profissional e Tecnológica. Teve como objetivo geral: estudar o uso de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (AVA) na Educação Técnica de Nível Médio faz-se necessário identificar esta cultura digital no cotidiano de sala de aula, pois se sabe que a Educação Profissional forma para o trabalho e a maioria das empresas utiliza tecnologias no seu dia a dia, por isso, procuram pessoas que consigam interagir com elas, bem como as tecnologias digitais transformam as escolas em espaços mais atrativos, conectam a formação com a necessidade da vida social e preparam os alunos para a atividade profissional do futuro. Os autores que nortearam esta pesquisa Coll (2010), Kenski (2012, 2013) Moran (2013), Rosini (2007) entre outros, e para o desenvolvimento desta pesquisa foi feito um estudo de caso, com análise quali-quantitativa, que apontou, entre outros dados, o desconhecimento dos professores para o uso dos recursos do ambiente virtual MOODLE, seus impactos no ensino e na participação dos alunos. Esta pesquisa mostra que mesmo tendo acesso as tecnologias, a prática de sala de aula de muitos professores ainda está longe do dia a dia dos alunos, e também das necessidades no uso de ambientes virtuais de ensino, e isto pode ser um complicador na formação para o trabalho. Como trabalho futuro, esta pesquisa sugere projetos de capacitação, de forma modular, para a comunidade envolvida.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica; AVA na Educação Profissional; EPT; Tecnologias digitais.

USE OF VIRTUAL LEARNING ENVIRONMENTS IN THE TECHNICAL COURSES UNDER THE TEACHER'S LOOK

ABSTRACT: This research was developed in the Postgraduate Program in Professional and Technological Education of the Industrial Technical College of Santa Maria (PPGEPT - CTISM), Academic Master, in the line of research in Innovation for Professional and Technological Education. The objective of this study was to study the use of virtual environments of teaching and learning (AVA) in Technical Education at the Middle Level, it is necessary to identify this digital culture in the classroom every day, since it is known that Professional Education forms for the work, and most companies use technologies in their daily lives, so they look for people who can interact with them, as well as digital technologies transform schools into more attractive spaces, connect training with the need of social life and prepare the students for the professional activity of the future. The authors that guided this research Coll (2010), Kenski (2012, 2013) Moran (2013), Rosini (2007) among others, and for the development of this research was made a case study, with

¹ Colégio Técnico Industrial (CTISM) - UFSM - Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Universidade Federal de Santa Maria.

² Colégio Técnico Industrial (CTISM) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

qualitative and quantitative analysis, , among other data, the lack of knowledge of teachers for the use of the resources of the virtual environment MOODLE, its impact on teaching and student participation. This research shows that while having access to the technologies, the classroom practice of many teachers is still far from the students' everyday life, and also of the need to use virtual teaching environments, and this can be a complication in training for the work. As future work, this research suggests training projects, in a modular way, for the community involved.

KEYWORDS: Professional and Technological Education; AVA in Professional Education; EPT; Digital Technologies.

INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro, por meio de alternativas inclusivas e de fácil aceitação pública, tem procurado garantir o acesso de qualquer pessoa, a qualquer tempo, à Educação Profissional e Tecnológica (NEVES, 2010). Por isso, reflexões sobre Educação Profissional são constantemente desenvolvidas em várias universidades brasileiras (GRABOWSKI e RIBEIRO, 2010).

Conforme Neves (2010), a Educação Profissional hoje, é muito diferente dos seus primeiros estágios, ela atende aos mais variados públicos tem uma íntima relação com os avanços tecnológicos e científicos e promovem a democratização de tecnologias sociais, conhecimentos e informações. É oferecida em todos os níveis e modalidades, formação e qualificação e promove o desenvolvimento nacional e das diferentes regiões do país.

O número de recursos e de ferramentas virtuais que já foram e estão sendo desenvolvidos incentivam a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) como apoio ao ensino presencial (PEREIRA et al, 2007). E isso tem provocado o repensar do processo educacional como um todo (SILVA et al, 2014).

Esta pesquisa buscou compreender de que maneira os professores dos cursos da Educação Profissional, principalmente na Educação Técnica de Nível Médio, utilizam os ambientes virtuais como auxílio nas aulas presenciais, investigar quais Ambientes Virtuais de Aprendizagem os professores usam, como os professores utilizam o AVA em suas práticas pedagógicas, quais as suas percepções sobre o uso deste recurso e propor estratégias para o uso de ambientes virtuais na Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio.

1 REVISÃO DE LITERATURA

A Educação Profissional começou a ganhar importância a partir dos anos 30, quando iniciou a transição para uma sociedade urbano-industrial com forte apoio estatal. A Constituição de 1937 estabeleceu a obrigatoriedade da organização de escolas profissionais pelas empresas e sindicatos. Em 1942, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que além de organizar esse tipo de ensino, torna ele não mais exclusivo de empresas e sindicatos equiparando-o ao ensino médio propedêutico.

A Lei 5.692 foi criada em 1971 devido às exigências de cursos técnicos, por causa dos investimentos em transporte, petroquímica e comunicações. Esta lei colocava o ensino de segundo grau com formação obrigatória profissionalizante.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, definiu a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio como etapas constituintes da Educação Básica, significando que só se conclui a Educação Básica após a conclusão do Ensino Médio. E neste nível de ensino é que são consolidados e aprofundados os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; que há preparação básica para o trabalho e a cidadania; há o aprimoramento do educando como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos relacionando teoria e prática, ou seja, os conhecimentos necessários para a formação de cidadãos que podem continuar seus estudos e também se inserirem no mundo do trabalho. A lei descreve, em outro capítulo, que a Educação Profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia leva ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias da educação continuada, e este conhecimento poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação.

A Educação Profissional, que até então cumpria a função formativa para o trabalho junto ao nível médio, por meio do segundo grau profissionalizante (Lei 5.672/71), assume a função de habilitação para profissões específicas, assim a preparação para o trabalho e a habilitação profissional passam a serem concebidas e tratadas como distintas, ainda que articuladas. Ela é tratada em um capítulo à parte na Lei 9394/96, não está inserida na Educação Básica nem na educação

superior, ou seja, não fazia parte da educação regular brasileira e os cursos profissionalizantes não ofereciam condições para o prosseguimento dos estudos. Viamonte (2011) destaca que a preparação básica para o trabalho e a cidadania, como citado na Lei 9.394/96, se constitui em um sistema paralelo e independente que poderá articular-se ou desarticular-se com o ensino regular, como é concretizado com o Decreto nº 2.208/97, que determinava que a Educação Profissional tivesse uma organização curricular própria e independente do ensino médio, ratificando, desse modo, a separação entre o ensino médio e a Educação Profissional. Com isso, possibilitou-se a ampliação e diversificação do ensino profissional, pois as escolas técnicas e profissionais, além de cursos regulares, poderiam oferecer cursos especiais, abertos à comunidade. Este decreto também organizava a Educação Profissional em três níveis: Básico, Técnico e Tecnológico. E estes diferentes níveis não tinham progressão obrigatória, eram um nível básico que tinha uma duração variável independente de escolaridade, sem regulamentação curricular, um nível técnico destinado aos matriculados ou a quem já tivesse concluído o ensino médio, e um tecnológico correspondente ao ensino superior.

O Decreto nº 2.208/97 também estabeleceu uma organização curricular para a Educação Profissional de nível técnico, independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial.

Surge, em 2001, um novo Plano Nacional de Educação (PNE) que buscava uma melhoria na qualidade de ensino em todos os níveis, junto com uma redução das desigualdades regionais e uma democratização da gestão pública, até 2011. Quando foi lançado novo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2011-2020 e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Pelo Decreto 5.154/04, a Educação Profissional poderia ser desenvolvida nas formas integrada (somente a quem já tinha concluído o ensino fundamental); concomitante (para quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio) ou subsequente (oferecidas a quem já tenha concluído o ensino médio).

A implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no contexto educacional brasileiro surgiu com o compromisso de colaborar na construção de um sistema educacional mais justo, em que a formação do jovem esteja associada ao conhecimento intelectual. Por isso precisa ser contextualizada e

revestida de significado, exigindo determinação, domínio de conceitos e conhecimento da realidade, sem esquecer-se da concepção de ser humano e da sociedade comprometida com o coletivo (SHEIBE e SILVA, 2013).

A concepção de educação integrada, conforme Brasil (2007), é que a educação geral se torne parte inseparável da Educação Profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho. Enfocar o trabalho como princípio educativo, equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la, superando a dicotomia trabalho manual x trabalho intelectual, formando trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos, sem a divisão social entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.

Por isso, entende-se que a inserção de recursos tecnológicos, tanto para ensino como para a prática do estudante, seja um fator muito importante, pois possibilita ao aluno uma ligação do que está sendo estudado com a sua prática. Sendo assim, acredita-se que o uso de ambientes virtuais possa contribuir para que o aluno, além fazer esta conexão, ainda tenha a possibilidade de estudar ou rever os conteúdos de acordo com sua necessidade e disponibilidade de tempo.

Na Educação Profissional, os educadores que atuam no ensino médio integrado devem contribuir para a construção de um currículo capaz de fornecer sólida e atualizada formação científica, tecnológica, cultural, ética e promover as oportunidades que levem ao desenvolvimento da criatividade e do pensamento autônomo e crítico. Para isso, precisam partir de uma proposta curricular que atenda aos propósitos de conclusão da Educação Básica e que também proporcione uma formação técnica especializada, possibilitando o prosseguimento dos estudos e a formação de um perfil profissional mais amplo (VIAMONTE, 2011).

Há algumas décadas, assistiu-se ao surgimento da Sociedade da Informação, que promove uma nova forma de organização econômica, social, política e cultural, em que surgiram diferentes maneiras de trabalho, de comunicação, de relacionamento, de aprendizagem e do pensar (COLL e MONEREO, 2010). Esta nova sociedade utiliza as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e promove transformações sociais, econômicas e culturais, surgindo assim uma sociedade virtual globalizada, exemplificada pelas corporações virtuais, pelas bibliotecas virtuais, aulas virtuais; e as práticas a elas relacionadas, como comércio

eletrônico, telemarketing, teletrabalho (trabalho remoto), tele-educação (ensino a distância), telemedicina, trabalho cooperativo apoiado por computador, etc.

Por isso a escola precisa reaprender a ser uma organização efetivamente significativa, inovadora, empreendedora, uma vez que ela ainda é muito previsível e burocrática, tornando-se pouco estimulante para professores e alunos, e só sobrevive porque é um espaço obrigatório para certificação (MORAN, 2013). Em um mundo que está em constante mudança, a escola tem que ser mais do que uma certificadora de saberes, pois muito mais do que preparar consumidores ou treinar pessoas para a utilização das tecnologias de informação e comunicação, a escola precisa assumir o papel de formar cidadãos conscientes, capazes de analisar criticamente as informações de um mundo complexo, cheio de desafios, que saibam lidar com as inovações e as transformações sucessivas e que sejam flexíveis para incorporar novos e diferenciados perfis profissionais (KENSKI, 2012).

A evolução do mercado de trabalho e a precariedade no emprego, junto com a competitividade e mobilidade dos trabalhadores, antecipam mudanças radicais no mercado de trabalho, nos perfis profissionais e, conseqüentemente, nos processos de formação. Sendo assim, as pessoas deveriam adquirir competências básicas, como: ser capaz de atuar com autonomia; de interagir em grupos socialmente heterogêneos; e de utilizar recursos e instrumentos de maneira interativa, o que inclui a capacidade de utilizar os meios digitais (COLL e MONEREO, 2010). As organizações precisam de agilidade, iniciativa, capacidade de se modificar e de se adaptar continuamente, pois as empresas estão passando, hoje, da repetição do trabalho manual para a inovação (ROSINI, 2007).

A escola ocupa um espaço enorme na vivência diária dos jovens, e estes são movidos pela aventura, pelas descobertas e estão conectados com várias mídias e tecnologias e, nesta fase, os jovens buscam estratégias para comunicar, expressar e interagir com o meio. E com tantas inovações tecnológicas, os jovens vivenciam um aprendizado que vai além das salas de aula. Por isso é necessário repensar as formas de ensinar para os jovens, já que estes vivem rodeados de tecnologia (PEREIRA, 2007).

Em uma educação inovadora deve-se ter alguns eixos que lhe sirvam de guia e de base, como: a valorização de todos por meio de um conhecimento integrador e inovador que desenvolva a autoestima e o autoconhecimento; a formação de alunos

criativos, empreendedores, com iniciativa; e a construção de alunos-cidadãos que tenham valores individuais e sociais e que, com o apoio de tecnologias móveis, podem tornar o processo ensino e aprendizagem muito mais flexível, integrado, empreendedor e inovador (MORAN, 2013).

Para Kenski (2012), é difícil pensar que as atividades de ensino e aprendizagem ocorrem somente em ambientes presenciais. A autora entende que o processo educacional é predominantemente uma relação semipresencial, uma vez que existem atividades realizadas individualmente ou em grupo fora da sala de aula (em casa, em visitas a museus, feiras, zoológicos, cinema, entre outras atividades).

Por isso, a tecnologia deve ser vista como uma ferramenta de auxílio ao trabalho dos indivíduos, promovendo uma maior qualidade de vida e aumentando sua satisfação tanto na vida pessoal como na profissional (ROSINI, 2007).

Segundo Franciscato et al (2008), os ambientes virtuais de aprendizagem são aqueles que permitem integrar múltiplos recursos e apresentam informações de maneira organizada, proporcionando interação entre as pessoas e os objetos para atingir determinados objetivos. São desenvolvidas conforme o tipo de utilização, sendo a formação acadêmica, a formação profissional corporativa e a educação continuada as mais comuns (ROSINI, 2007).

A principal vantagem do AVA é o apoio a diferentes práticas pedagógicas, o que pode também ser considerada uma desvantagem quando o professor não consegue utilizá-las adequadamente (SILVA et al, 2014). Sendo assim, o professor não deve focar sua estratégia em uma única ferramenta, mas em um conjunto de recursos, como áudio, texto, imagem, animação, etc., promovendo diferentes estilos de aprendizagem (BARROS e SIMÕES, 2014), já que o AVA não é um espaço restrito e nem fechado (KENSKI, 2013).

Porém é preciso lembrar que a tecnologia é apenas um meio, e a ênfase deve estar na proposta pedagógica e no desenvolvimento do processo educativo (PEREIRA et al, 2007).

Inicialmente os AVAs surgiram para mediar o processo de ensino e aprendizagem à distância, contudo o número de recursos e de ferramentas já desenvolvidos e em desenvolvimento incentiva a utilização desses ambientes virtuais como apoio ao ensino presencial, já que planejar, produzir e implantar o material didático da aula, diretamente no AVA, é simples e ainda permite recorrer a

bibliotecas livres de objetos de aprendizagem e deixar *links* disponíveis para outros sites, possibilitando aos alunos a consulta a qualquer momento (PEREIRA et al., 2007).

Hoje os ambientes virtuais de aprendizagem estão, cada vez mais, parecidos com salas de aula, que usam tecnologia de ponta para aumentar a capacidade de interatividade entre o aluno e o professor, diminuindo a sensação de distância.

Coll e Monereo (2010) colocam que a cada dia novas instituições educacionais, principalmente universitárias, utilizam ambientes virtuais de ensino e aprendizagem nos cursos à distância ou de natureza mista (combinando presencial e virtual).

2 METODOLOGIA

Como esta pesquisa tem por objetivo geral estudar o uso de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (AVA) na Educação Técnica de Nível Médio; foi necessário primeiro conhecer quais ambientes virtuais de aprendizagem os professores usam (se usam) na Educação Profissional de nível médio. Isso se deu por meio da aplicação de um questionário *online*, que possibilitou, também, estudar como os professores utilizam AVA em suas práticas e as suas percepções sobre o uso deste recurso.

A População foi formada pelos 88 (oitenta e oito) professores do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) que trabalham na Educação Profissional técnica de nível médio, na educação presencial. Deste total foram excluídos os professores que trabalham com a educação superior e/ou exclusivamente com a educação a distância. A amostra selecionada foi feita de acordo com os questionários devolvidos, perfazendo um total de 23 questionários respondidos pelos professores.

A pesquisa foi dividida em 04 momentos. No primeiro momento foram explicados os objetivos e a justificativa da pesquisa à direção do CTISM, e solicitada a liberação para a execução do estudo junto aos professores do Colégio. Num segundo momento, foi elaborado o questionário contendo questões objetivas, construído com o auxílio do *Google* Questionário e o *link* gerado pelo sistema foi enviado por *e-mail* aos professores, explicando os objetivos do estudo e a

solicitação para que eles respondessem ao questionário. No terceiro momento, foram analisadas as respostas. No quarto momento, far-se-á o retorno aos professores dos dados levantados nesta pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 23 (vinte e três) professores que responderam ao questionário, 13 (treze) trabalham com a educação presencial e 10 (dez) com a educação presencial e também com a EAD. Estes professores atuam nas áreas de Ciências da Natureza, Matemática Ciências Humanas; Linguagens, Educação Profissional. Apresentam mais de cinco anos de experiência docente, sendo que nove deles têm mais de quinze anos de atividades. Em sua maioria, possuem o grau de mestrado e doutorado, sendo um especialista e dois com pós-doutorado.

Dos 23 professores que responderam sobre o uso do AVA como aluno, 16 (dezesseis) informaram que já fizeram uso de ambientes virtuais de aprendizagem como aluno, em cursos presenciais ou a distância, o que demonstra o conhecimento deste recurso pela grande maioria dos professores, mas a resposta que mais chama a atenção é o fato de 7 (sete) professores terem informado que nunca utilizaram como aluno um AVA, sendo que 3 (três) deles trabalham com educação presencial e a distância e 2 (dois) utilizam o AVA MOODLE em suas aulas. O que nos leva a inferir que estes 3 (três) professores atuam de forma empírica em suas práticas em EAD, o que, segundo Kenski (2013), é uma prática comum aos professores que, por inúmeros motivos, iniciam suas atuações em EAD de forma empírica e somente depois de algum tempo buscam uma formação para sanar suas necessidades pedagógicas.

Dos 23 (vinte e três) professores entrevistados, 16 (dezesseis) informaram que usam AVA em sua prática na sala de aula, sendo este o MOODLE. Um professor informou que faz uso do MOODLE e da rede social *Facebook* em suas aulas. A principal razão que leva estes professores a utilizarem o MOODLE em suas práticas em sala de aula, em sua grande maioria (13 professores), é o fato de a instituição disponibilizar o uso do MOODLE para as atividades docentes. Destes 13 (treze) professores, 06 (seis) informaram que o utilizam como repositório e também para a realização de avaliações. Um professor informou que utiliza os

recursos de fórum e *chat* para estimular o diálogo e as trocas de informações entre os alunos.

Diante das respostas dos professores e de uma ferramenta como o MOODLE, que apresenta uma grande gama de recursos possíveis de serem utilizados no ensino, é possível verificar que nenhum professor faz uso das funcionalidades disponíveis no ambiente. Pode-se inferir que isso acontece por desconhecimento, por parte dos professores, das funcionalidades do ambiente, mas o que chamou a atenção foi o fato de 07 (sete) deles dizerem que não usam AVA, sendo que um informou que fez vários cursos a distância, ou seja, ele tem conhecimento sobre as ferramentas disponíveis, contudo não tem domínio sobre estas ferramentas.

Quanto ao grau de satisfação e frequência, um professor afirmou estar pouco satisfeito, mas também disse usar sempre o ambiente para deixar material e utilizar para avaliação, o que mostra que os professores não exploram todas as possibilidades deste recurso para uso no ensino. Isso vem ao encontro do que afirma Bronckart (2006), o qual enfatiza que os professores não conhecem os recursos tecnológicos e não compreendem as suas possibilidades no ensino, desperdiçando os conhecimentos necessários para que suas aulas sejam bem-sucedidas e interessantes para os alunos. Dos professores que disseram estarem satisfeitos, 11 (onze) professores, afirmaram ser provável a indicação de uso do AVA para os colegas. Este dado mostra que os professores, mesmo não fazendo uso adequado ou não conhecendo os recursos disponíveis para um uso mais efetivo no ensino, indicariam o uso do MOODLE para outros professores.

Dos 23 (vinte e três) professores que responderam ao questionário, mais da metade deles (14 professores) disseram que a instituição incentiva o uso de AVA e quando questionados se a instituição oferece algum curso preparatório para o uso de ambientes virtuais, a maioria dos professores (18) respondeu que sim. Este dado mostra que os professores são bem informados em relação à política de capacitação da UFSM, que vem ofertando, por meio do Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE), diferentes cursos com o objetivo de difundir o uso de recursos digitais no ensino. Quanto ao grau de satisfação dos professores que fizeram o curso oferecido pela instituição a maioria dos professores que fizeram os cursos oferecidos pela instituição disse estar satisfeito com o curso.

No que tange à melhora no interesse dos alunos na participação das aulas

com o uso do AVA, 05 (cinco) professores não souberam responder se há, ou não, essa melhora no interesse dos alunos, quando as aulas utilizam o AVA; outros 04 (quatro) professores disseram que não percebem melhora nenhuma no interesse dos alunos e 7 (sete) disseram que sim, há melhora no interesse dos alunos.

Analisando mais detalhadamente as respostas dos professores, percebeu-se que os professores que utilizam o AVA como repositório são os que não apontam melhora no interesse da participação dos alunos na aula. Diante disso pode-se inferir que da maneira com que está sendo utilizado o recurso digital os alunos não veem o AVA como um recurso significativo e que poderia agregar mais conhecimento aos seus estudos, o que significa que o uso do AVA como repositório não agrega qualidade ao ensino.

O professor que informou disponibilizar vídeos, disse não observar melhora no interesse dos alunos, já aquele que disse usar como incentivo ao diálogo por meio de *chats* e fóruns afirmou que sim, percebe melhoras no interesse dos alunos.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa desenvolveu-se no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (PPGEPT - CTISM), na linha de pesquisa em Inovação para Educação Profissional e Tecnológica (Linha 03).

Teve como objetivo geral: estudar o uso de ambientes virtuais de ensino e aprendizagens (AVA) na Educação Técnica de Nível Médio, e como objetivos específicos: investigar quais Ambientes Virtuais de Aprendizagem os professores usam na Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio; estudar como os professores utilizam o AVA em suas práticas pedagógicas e quais as suas percepções sobre o uso deste recurso; propor estratégias para o uso de ambientes virtuais na Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio.

Esta pesquisa mostrou que a maioria dos professores entrevistados não utilizam adequadamente os recursos e ferramentas disponíveis no ambiente, por desconhecimento ou porque isso aumenta a carga de trabalho, o que é apontado pelos professores entrevistados e pesquisadores da área.

Apontou, também, que os professores estão despreparados (mesmo os que

fizeram algum curso), e que muitos nem sabem que a instituição oferece cursos de capacitação para o uso do MOODLE.

A contribuição desta pesquisa está em apontar que os professores do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, participantes desta pesquisa, mesmo sendo altamente capacitados em suas áreas de conhecimento, fazem um uso inadequado do AVA disponibilizado pela instituição, não conhecem e não utilizam outro tipo de AVA, pois nas respostas da pesquisa não foi citado outro AVA usado no ensino.

Embora os professores apontem para a importância do uso do AVA no ensino, para a comunicação entre professores e alunos e para a potencialização do interesse dos alunos ao conteúdo ministrado nas aulas, percebe-se um descompasso entre discurso e prática, uma vez que os dados coletados mostram que, da maneira como é utilizado o AVA, ele não potencializa a comunicação e que, muitas vezes, os professores sequer notam o interesse dos alunos em relação ao uso do AVA em suas aulas.

No desenvolvimento desta pesquisa, percebeu-se que o fato do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria ministrar cursos EAD, isso não garante uma cultura do uso de ambientes virtuais de ensino na modalidade presencial. Percebeu-se, também, que o fato da Universidade Federal de Santa Maria, por meio do NTE, oferecer sistematicamente curso de capacitação ao uso do MOODLE, os professores do CTISM não participam destes cursos e muitos desconhecem esta possibilidade de formação.

No desenvolvimento desta pesquisa, descobriu-se que o CTISM não oferece curso de capacitação específico para os seus professores sobre o uso do MOODLE. Diante disso e como trabalho futuro desta pesquisa, estes dados servirão como subsídios para a equipe pedagógica projetar a criação de oficinas de capacitação do MOODLE, tanto para professores quanto para alunos, com o objetivo de criar uma cultura digital na escola, já que a escola está investindo na criação de canais digitais de comunicação para a sua comunidade acadêmica.

Sugere-se que a capacitação para o uso do AVA ocorra de forma modular para mostrar aos professores, além do seu uso, os benefícios que estes recursos podem agregar em suas práticas, e, assim, eles não percebam a tecnologia como mais uma carga de trabalho no seu dia a dia.

É importante que o professor perceba que, no AVA, pode fazer as atividades

avaliativas, de exercício e de prática, de comunicação e, também, de repositório, deixando para os encontros presenciais atividades que irão reforçar o conhecimento dos seus alunos sobre o conteúdo.

Esta pesquisa atingiu os objetivos propostos e mostrou, mais uma vez, que o uso da tecnologia por si só não gera benefícios no ensino e na aprendizagem, que o fato de se disponibilizar uma tecnologia de ensino e aprendizagem não faz com que ela seja absorvida pela comunidade acadêmica.

Questiona-se, com a realização deste trabalho, como que uma instituição que forma para o mundo do trabalho não insere, em suas práticas didáticas, recursos que fazem parte do dia a dia de empresas, as quais contratarão estes discentes. Mesmo que o MOODLE não faça parte da dinâmica das empresas, muito dos seus recursos podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades que são fundamentais no mundo do trabalho, como, por exemplo, trabalho colaborativo, cooperativo e criativo, bem como resolução de problemas, entre outras habilidades.

Esperam-se, com os resultados desta pesquisa, ações da instituição para que os recursos educacionais disponíveis sejam aproveitados pela comunidade de forma mais efetiva e que isto contribua, ainda mais, para a qualidade de ensino da instituição.

Faz-se necessário envolver os alunos nas ações de capacitação para que eles, além de utilizar, cobrem dos professores a disponibilização destes recursos no dia a dia de aula.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. M. V., SIMÕES, PAULO. Educação a distância e as novas estratégias pedagógicas: ferramentas da Web 2.0 e estilos de aprendizagem. In: REALI, A. M. R.; MILL, D. R. S. **Educação a Distância e Tecnologias Digitais: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 275-297.

BRASIL. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf Acesso em: 29 set. de 2016.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Decreto 2.208**, de 17 de Abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm impressa.htm. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Decreto 5.154**, de 23 de Julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Lei 11.741**, de 16 de Julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 10 out. de 2016.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional e Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf. Acesso em: 15 out. de 2016.

BRONCKART, J. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

COLL, C.; MONEREO, C. Educação e aprendizagem no século XXI. In: COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 15 – 46.

FRANCISCATO, F. T.; RIBEIRO, P. DA S.; MOZZAQUATRO, P. M.; MEDINA, R. D. Avaliação dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem MOODLE, TelEduc e Tidia – Ae: um estudo comparativo. In: CINTED-UFRGS. **Novas Tecnologias na Educação**. V. 6. nº 2. Dezembro, 2008.

GRABOWSKI, G.; RIBEIRO, J. A. R. Reforma, legislação e financiamento da Educação Profissional no Brasil. In: MOLL, J. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 271-284.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o Novo Ritmo da Informação**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e tempo docente**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MORAN, J.M.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21 ed. Campinas: São Paulo, Papirus, 2013. p. 11 - 72.

NEVES, E. O. EDUCAÇÃO E TRABALHO: uma reflexão sobre a Educação Profissional de jovens e adultos no Brasil. **RETTA - Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, Rio de Janeiro, Vol. I, jul./dez 2010. 11-29.

PEREIRA, A. T. C; SCHMITT, V.; DIAS, M. R. A. C. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. In: **Ambientes Virtuais de Aprendizagem - Em diferentes contextos**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2007. p. 2-22.

ROSINI, Alessandro Marco. **As novas tecnologias da informação e a educação a distância**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

SILVA, D. G. Da; ALONSO, K. M.; MACIEL, C. Um olhar interno para os recursos do MOODLE: algumas considerações sobre participação e interação. In: REALI, A. M. R.; MILL, D. R. S. Educação a Distância e Tecnologias Digitais: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 214 - 227.

VIAMONTE, P. F. V. S. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. In: **Revista Educação em Perspectiva**. Viçosa, v. 2, n. 1, p. 28-57. jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/67/47>. Acesso em: 10 out 2016.